

# Brasil

## o país da biomassa

Em entrevista ao *JE*, o professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, falou da importância em despertar a atenção para uma nova era: a da biomassa, dos biocombustíveis, na qual o Brasil detém o privilégio pela abundância e diversidade de suas riquezas naturais. Aproximam-se os tempos de esgotamento dos combustíveis fósseis.

É mais do que hora de pensar em alternativas, como o dendê e a mamona. Preocupação que tem tomado o tempo e o pensamento desse militante e ativista de uma nova era.

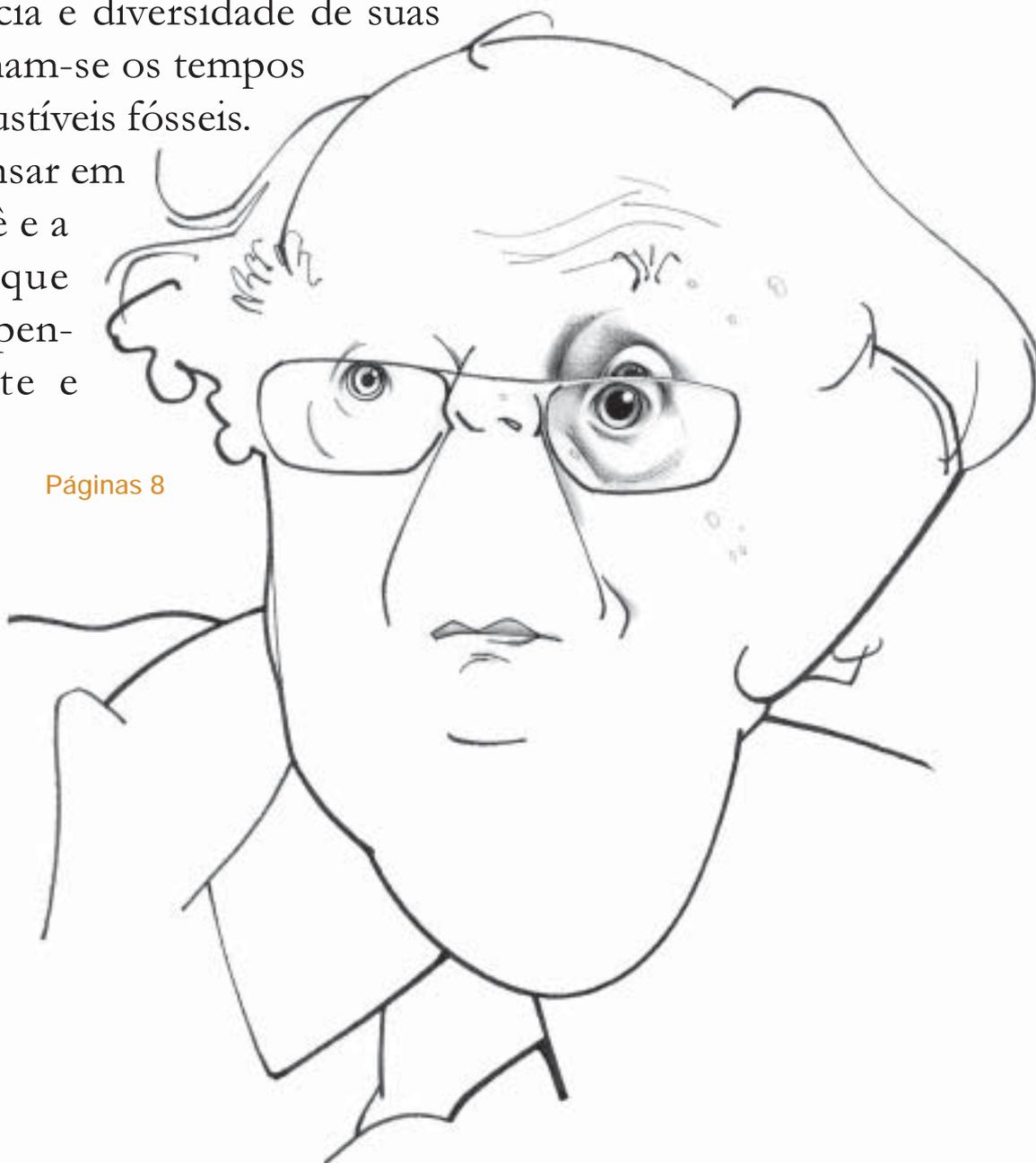
Páginas 8

**Inédito**  
**Pesquisa mostra**  
**que sindicatos**  
**são assistencialistas**

Pág. 5

**Economistas lançam**  
**novo manifesto**

Págs. 3



## EDITORIAL

# A chegada da nova era

**A** costumados a viver ao sabor e no ritmo de sucessivas crises políticas e econômicas, sem tradição maior em planejar o futuro, somos poucos os que se debatem sobre o que vai acontecer após o esgotamento das reservas dos combustíveis fósseis. Quase sempre estamos tão imersos nos problemas do dia-a-dia que poucas vezes paramos para pensar no futuro. E pensar no futuro tem sido um dos focos dos estudos e textos do professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris.

Estudioso do Brasil, ele conversou com o *JE*, em uma de suas visitas ao país para proferir conferências sobre o seu tema preferido: o desenvolvimento sustentável, com inclusão e distribuição de renda. E o professor não só falou do desenvolvimento, como chamou a atenção para a nova era que se descortina cada vez mais

próxima, quanto a cada dia nos aproximamos do fim da era do petróleo e dos combustíveis fósseis.

“Podemos e devemos pensar em viver em um mundo que consuma menos energia, porque reformulou a sua demanda”, convida-nos o professor, nascido na Polônia e naturalizado francês. “Temos que recolocar o problema dos biocombustíveis em uma estratégia global de energia, que comece a definir um perfil menos voraz em energia de demanda”, propõe.

Para Ignacy Sachs, o Brasil está muito bem posicionado para a nova era, a dos biocombustíveis. Conhecedor da riqueza e da diversidade de nossa natureza, ele está convencido de que somos o país da revolução da biomassa. Falta-nos estar conscientes dessa potencialidade para podemos administrá-la em proveito do bem coletivo e da superação das mazelas que se eternizam em nosso dia-a-dia. ■

## Sumário

- Página 3** Manifesto – Economistas propõem nova política econômica  
**Página 5** Especial – Retratos do Brasil: os sindicatos são assistencialistas  
**Página 8** Entrevista – Ignacy Sachs ▼



- Página 11** Monografia – Os ganhos da Argentina nos anos 90  
**Página 13** Artigo do Leitor – É possível crescer com juros altos?  
**Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Fundef: recursos crescem mas educação não melhora  
**Página 16** Dia do Economista terá debate e entrega de Prêmio

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

**Reportagem:** Rebecca Ramos

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sérgio Souto

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

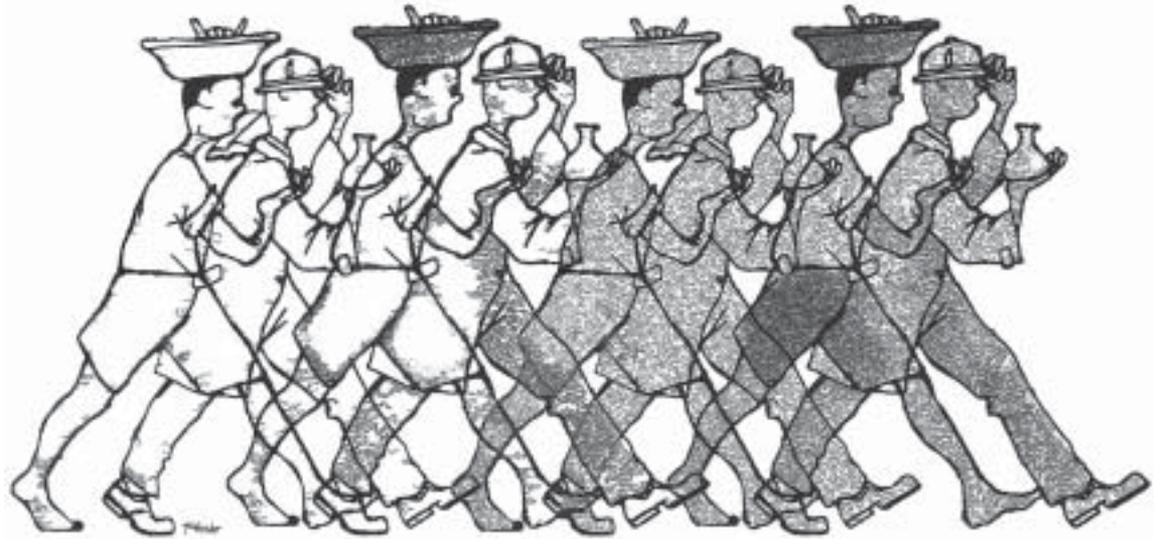
Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coordenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

MANIFESTO

# Economistas **propõem** nova política econômica

Foi lançado no último dia 25 de julho o terceiro manifesto dos economistas, intitulado “A Crise da República - Economistas por uma Nova Política Econômica”, em que é analisada a origem da crise atual do país, a falência do modelo em curso e são apresentadas 10 propostas de mudança na política econômica. O novo manifesto é assinado por dezenas de economistas, de diferentes linhas de pensamento e representando diversas regiões do país, tendo à frente o presidente do Cofecon, Sidney Pascotto, e o também economista João Pedro Stédile, do MST e da Via Campesina. É a seguinte a íntegra do manifesto:



**T**odos afirmam que a República está em crise. Nós também consideramos que a crise é profunda. Mas sobre qual crise falamos? Nós acreditamos que a Nova República, nascida sobre os escombros da ditadura em 1985 prometendo um país melhor, finalmente sucumbiu diante dos interesses das classes dominantes no país, e morreu. A crise atual – política, econômica, social e ética – somente pode ser resolvida se os pilares do acordo que sustentou a transição da ditadura para a democracia, e que foram protegidos e alimentados por todos os governos posteriores a ela até o momento, forem substituídos por um programa que atenda as demandas mais sentidas da população e resgatem a soberania nacional e popular que toda República digna de este nome deve possuir.

A estratégia econômica, que elegeu o combate à inflação como principal objetivo político, fracassou por completo e está esgotada, não obstante ainda tenha muitos defensores dentro e fora do governo. Após inúmeros planos, o povo está mais pobre: o Brasil não é o país do mundo com maior concentração de renda, porque um país

africano nos supera (Serra Leoa). Somente no ano passado, o número de milionários – pessoas com ativos superiores a U\$ 1 milhão de dólares – cresceu 7%; atualmente, quase 100 mil pessoas controlam 50% da riqueza do país.

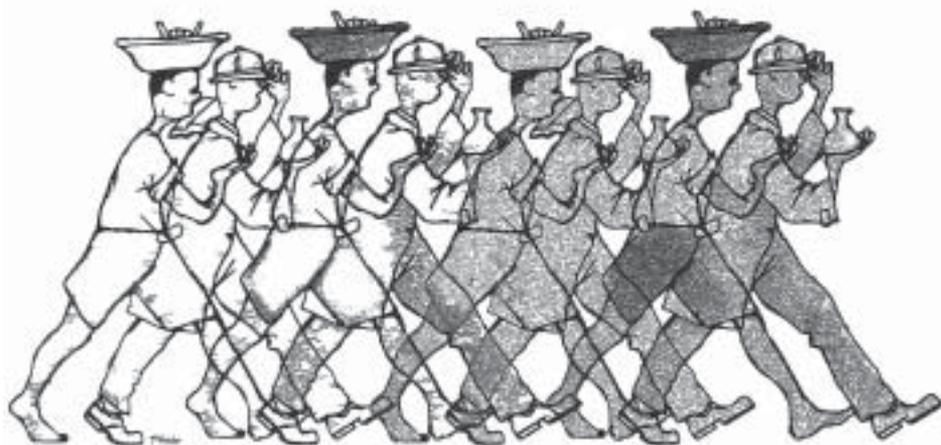
O programa econômico e político concebido e aplicado inicialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, e que ainda comanda o país, necessita ser súbita e urgentemente substituído. Este programa – conhecido originalmente como Plano Real e que na atualidade atende pelo nome de “estabilidade econômica” – não somente gerou milhões de pobres, mas segue comprometendo o futuro de várias gerações ao alienar o território, multiplicar o endividamento estatal e aprofundar a dependência do país.

A austeridade aplicada sobre o povo, com cortes sistemáticos no investimento social e crescentes recursos destinados ao pagamento das dívidas – interna e externa – aprofundou a relação parasitária e predatória do empresário nacional e estrangeiro com o Estado brasileiro. O aumento de impostos é para pagar os juros da dívida e esta garante lucros segu-

ros a todos aqueles que investem nos títulos da dívida pública: banqueiros, empresários, rentistas de toda ordem. A corrupção de partidos e políticos é apenas a face mais visível de um processo mais profundo que somente pode ser corrigido com eficácia se o Estado for fortalecido e desprivatizado. A privatização e a debilidade do Estado são as principais fontes de corrupção no Brasil!

Os donos do poder afirmam que as exportações podem salvar o país, mas a verdade é que esta opção esquece a vitalidade do mercado interno e mantém os salários baixos como condição para competir no mercado mundial. A dependência tecnológica é crescente e as medidas tomadas ao longo deste ano para fortalecer a saída exportadora somente aumentaram a vulnerabilidade externa, produtiva, monetária e financeira do Estado brasileiro.

Mas nosso principal inimigo é aquele que afirma a idéia de que não existem alternativas. Abaixo, estamos propondo um conjunto de medidas que indica o início de uma alternativa nacional e popular para a crise atual. Elas podem e devem ser tomadas neste momento em



que amplas maiorias ainda defendem mudanças estruturais para nosso país e apoiariam com valentia e intensa mobilização um programa de natureza popular. Se aplicadas, elas inauguram um novo tempo para as maiorias que travarão sem vacilar uma longa luta para construir uma República democrática, destinada a fortalecer a soberania nacional e superar para sempre o subdesenvolvimento.

**1.** Baixar as taxas de juro real (Selic) para o mesmo nível praticado nos

Estados Unidos e em países vizinhos da América do Sul, como Venezuela e Argentina, ou seja, ao redor de 2,5% ao ano, e não os atuais 19,75%. Controlar as taxas de juros cobradas pelos bancos aos comerciantes e consumidores que chegam a mais de 100% ao ano.

**2.** Mudar a atual política de superávit primário no orçamento da União, que destina vultosos recursos públicos, apenas para pagar juros. Aplicar os 80 bilhões de reais, recolhidos pelo governo nes-

se ano, em investimentos que gerem emprego, em educação, agricultura familiar, reforma agrária, saúde e moradia.

**3.** Estabelecer uma política planejada de elevação sistemática do valor real do salário mínimo e do piso das aposentadorias, como fator indutor a um modelo de produção e consumo popular no país.

**4.** Recuperar o controle governamental e público sobre o Banco Central e sobre a política monetária. Impedir a autonomia do Banco Central, que já está sendo adotada pelos seus diretores, em conluio com os interesses dos banqueiros e do capital financeiro internacional.

**5.** Não assinar acordo da Alca, e não aceitar regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) que afetem a economia brasileira e os interesses do povo.

**6.** Realizar uma auditoria pública da dívida externa, como determina a Constituição, e renegociar seu valor, já pago diversas vezes. Usar os recursos enviados para o exterior em seu pagamento, para investir em educação e direitos sociais.

**7.** Mudar as atuais regras de reajuste das tarifas de serviços públicos fundamentais como ener-

gia elétrica, água, telefone e transporte público. Revisar e reduzir as atuais tarifas que alcançaram valores proibitivos e espoliantes de todo povo brasileiro, em prol de grupos oligopólios que passaram a dominar o setor depois da privatização.

**8.** Paralisar de imediato as rodadas dos leilões de exploração de áreas de petróleo. Mudar a lei 9478/97 e garantir a nacionalização do Petróleo com a exclusividade da exploração pela Petrobras.

**9.** Garantir a participação de representantes da sociedade brasileira e dos próprios trabalhadores em todos os conselhos de administração das empresas públicas e autarquias, em todos os níveis: federal, estaduais e municipais.

**10.** Adotar uma política que proteja a riqueza nacional, combatendo a remessa de dólares para o exterior, em forma de transferências, superfaturamento das transnacionais, lucros, royalties, etc., garantindo sua aplicação no Brasil. Promover a repatriação dos recursos enviados de forma legal, porém ilegítima. Adotar medidas que protejam nossa economia da vulnerabilidade externa. ■

### Alguns signatários

1. Reinaldo Gonçalves – Professor UFRJ, Conselheiro Corecon/RJ
2. Paulo Passarinho – Coordenador Geral do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro.
3. Nildo Ouriques – Universidade Federal Santa Catarina
4. Dirlene Marques – Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais e Coordenação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial
5. Luiz Filgueiras – Professor da Universidade Federal da Bahia
6. Ronaldo Rangel – Conselheiro do Cofecon
7. José Antônio Lutterbach – Presidente do Corecon-RJ
8. João Manoel Gonçalves Barbosa – Vice-presidente do Corecon-RJ
9. Maria Neusa Costa – Vice-presidente do Sindicato dos Economistas-MG
10. Reinaldo A. Carcanholo – Professor da UFES
11. Rosa Maria Marques – PUC-SP
12. Carlos Eduardo Carvalho – PU-SP
13. Lourdes Gutierrez – Unafisco
14. Marcos Arruda – Economista do Pacs
15. Sandra Quintela – Economista do Pacs
16. Nei Jorge Correa Cardin – Vice-presidente do Cofecon
17. Roberto Piscitelli – Vice-presidente do Conselho Regional -DF
18. João Paulo de Almeida Magalhães – Conselheiro do Corecon-RJ
19. Plínio de Arruda Sampaio Junior – Unicamp ■

## CONCURSOS PÚBLICOS

Convênio CORECON e Método Concursos

**25% Desconto Cursos Nível Médio**

**30% Desconto Cursos Nível Superior**

Economistas registrados no CORECON e seus dependentes

Planeje o seu futuro, faça Concurso Público

PETROBRAS - FURNAS - CAIXA - PC - PRF

PF - BACEN - TJ - INSS - MPE

Módulos Específicos: Direito  
Constitucional,

Penal, Processual Penal e Informática

Rua Presidente Wilson, 165 - S/L - Tel: 2240-2323  
(Entrada Privativa pela Desembargador Viriato nº 2) 2215-0044



## Retratos do Brasil

# Os sindicatos são assistencialistas\*

O texto a seguir é uma edição resumida de uma das partes de pesquisa inédita realizada pelo IBGE e cujos resultados estão na publicação "Sindicatos – Indicadores sociais 2001", do Instituto. Os dados recolhidos apontam que as entidades sindicais brasileiras, no campo e na cidade, de trabalhadores ou empregadores, são assistencialistas. A metade não tem sede própria, um terço emprega funcionários sem carteira assinada, mas se preocupam com questões como saúde, educação e lazer, promovendo, então, atividades esportivas, culturais, sociais e de formação.

"A natureza da atividade sindical também pode ser captada pelo maior ou menor dinamismo que os sindicatos imprimem aos chamados 'aparatos institucionais' – instalações físicas, recursos financeiros, corpo de funcionários, serviços oferecidos – dos quais se utilizam em sua prática diária. Portanto, a caracterização da qualidade e do grau de utilização desses aparatos é determinante na percepção do funcionamento dessas organizações." (IBGE, 1996 p. 84)

O funcionamento da máquina sindical será aqui avaliado através de indicadores sobre a estrutura física do sindicato, suas instalações, e a estrutura organizacional – funcionários, comunicação, informatização e serviços aos associados<sup>1</sup>.

Os indicadores sobre a estrutura física correspondem às condições de organização dos sindicatos em relação à sua expansão institucional e organizacional, representando também as condições patrimoniais que dizem do poder de investimento que o sindicato possui, do seu acúmulo patrimonial e do conforto que sua infra-estrutura pode propiciar no atendimento aos seus associados.

As informações referentes à condição de ocupação da sede, as formas de compartilhamento do espaço físico e a existência de sub-sedes são indicadores utilizados para a avaliação da estrutura, da organização e da abrangência das agremiações sindicais.

### Sede própria

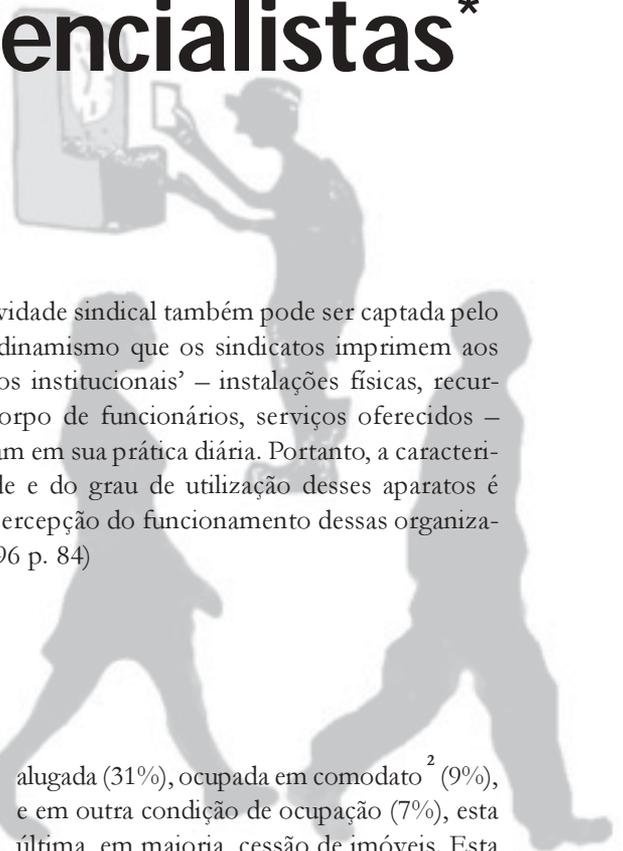
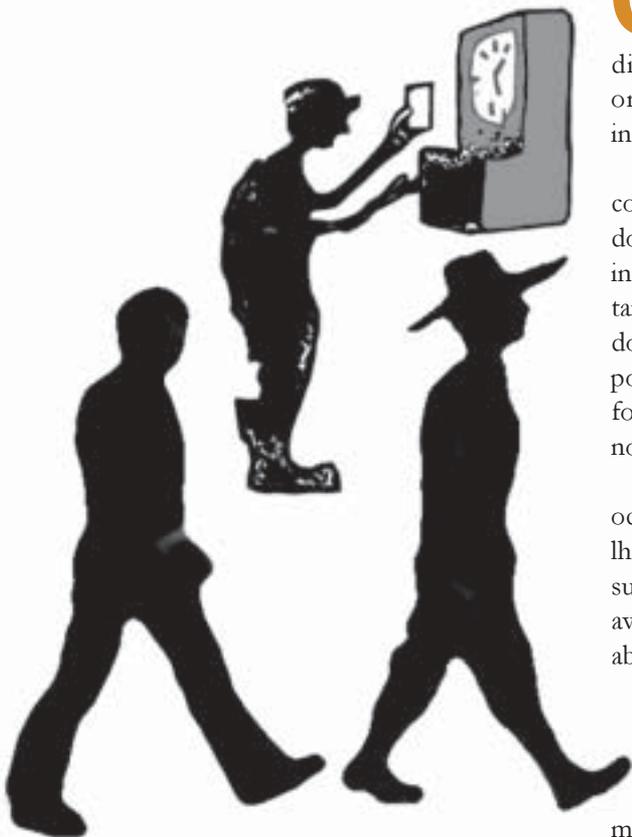
Possuir sede própria dá aos sindicatos muitas vantagens. Os dados da Pesquisa Sindical 2001 mostram que pouco mais da metade dos sindicatos possui sede própria, enquanto a outra metade se distribui entre sede

alugada (31%), ocupada em comodato<sup>2</sup> (9%), e em outra condição de ocupação (7%), esta última, em maioria, cessão de imóveis. Esta constatação é verdadeira para todos os tipos de sindicatos, sendo mais acentuada nos rurais. Nos urbanos, nas entidades de trabalhadores avulsos, 65% têm sede própria.

A pesquisa investigou junto a todos os tipos de sindicatos se eles compartilham o espaço de sua sede e, em caso afirmativo, com quem. Resultado: somente 23%, sim, e dentre estes a maioria compartilha com outro tipo de entidade econômica ou profissional (43%), seguida dos que compartilham com outro sindicato (35%). Este compartilhamento do espaço físico da sede se dá, principalmente, entre os sindicatos urbanos, tanto de trabalhadores quanto empregadores. Ressalta-se que, no meio rural, o compartilhamento é maior entre os sindicatos de empregadores do que de trabalhadores, principalmente na região Sul do país.

### Funcionários

A análise da estrutura organizacional da máquina sindical busca a composição de seu corpo de funcionários, serviços e cursos oferecidos aos associados, forma de divulgação, grau de informatização (até 31/12/2001), a contribuição



**QUADRO I**  
Indicadores de estrutura física dos sindicatos – Brasil – 2001

Indicadores	Tipo de sindicato			
	Trabalhadores Urbanos	Trabalhadores Rurais	Empregadores Urbanos	Empregadores Rurais
Condição de ocupação da sede	Sede própria (45%)	Sede própria (70%)	Sede própria (31%)	Sede própria (67%)
Compartilhamento de espaço físico	Com outro sindicato (43%)	Com outro tipo de entidade econômica ou profissional (56%)	Com outro sindicato (44%)	Com outro tipo de entidade econômica ou profissional (69%)
% dos que não possuem subsede	82%	91%	82%	97%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001

**QUADRO II**  
Contratação com carteira, segundo tipo de sindicato e número de funcionários – Brasil – 2001

Indicadores	Tipo de sindicato e número de funcionários			
	Urbanos com até 5 funcionários	Urbanos com mais de 5 funcionários	Rurais com até 5 funcionários	Rurais com mais de 5 funcionários
% de sindicatos que contratam funcionários	76%	24%	89%	11%
Principal tipo de funcionário	Administrativos (49%)	Administrativos (9%)	Administrativos (51%)	Administrativos (3%)
Segundo tipo de funcionário	Advogados (11%)	Outros (1%)	Atendentes (9%)	(1)
Terceiro tipo de funcionário	Secretários executivos (11%)	(1)	Dentistas (8%)	(1)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.  
(1) Valores inferiores a 1%

**QUADRO III**  
Serviços e atividades oferecidas pelos sindicatos - 2001

Indicadores	Tipo de sindicato			
	Trabalhadores Urbanos	Trabalhadores Rurais	Empregadores Urbanos	Empregadores Rurais
% de sindicatos que prestam algum tipo de serviço	45%	24%	14%	10%
Principal serviço ou atividades oferecidos	Jurídico (82%)	Jurídico (52%)	Jurídico (54%)	Jurídico (47%)
Segundo serviço ou atividades oferecidos	Convênios médicos (47%)	Educação e formação sindical (31%)	Convênios médicos (23%)	Educaionais (1) (36%)
Terceiro serviço ou atividades oferecidos	Convênios odontológicos (46%)	Convênios médicos serviços odontológicos (24%)	Esportivas, culturais e sociais Educaionais (1) (19%)	Esportivas, culturais e sociais (29%)
Quarto serviço ou atividades oferecidos	Educação e formação sindical e esportivas, culturais e sociais (41% de cada)	Esportivas, culturais e sociais (22%)	Convênios odontológicos (18%)	Convênios médicos (25%)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.  
(1) As atividades educacionais referem-se à educação e qualificação e requalificação de mão-de-obra, que serão mais à frente analisadas.

obrigatória, assistencial (ou negocial) e confederativa, e o balanço social das empresas.

Os funcionários contratados pelos sindicatos têm a função de, juntamente com os diretores, atender aos associados, garantir o desempenho das funções essenciais de um sindicato (representativas e de negociações) e viabilizar a efetiva oferta dos serviços e atividades. Um corpo de funcionários superdimensionado pode indicar um excessivo grau de burocratização da organização sindical. Os dados permitem algumas afirmações relevantes:

- somente 66% dos sindicatos contratam com carteira assinada;
- predominam os sindicatos que têm não mais do que cinco funcionários;
- o perfil de contratados é bem distinto e permite antever os serviços que mais são prestados: nos urbanos aparecem com destaque advogados e secretários executivos, nos rurais são atendentes e dentistas.

Dos funcionários administrativos, em 57% dos sindicatos brasileiros eles têm carteira assinada. A média é de 4 funcionários administrativos por sindicato, 5 entre os urbanos e 3 nos rurais. Ainda considerando somente os sindicatos que possuem funcionários com carteira assinada, em relação aos profissionais de nível superior, em especial aos da área de saúde, constata-se que o número médio de médicos por sindicato é de 3,6, subindo este valor para 4 médicos nos sindicatos urbanos. Já em relação a dentistas, enfermeiros e advogados, a média é da ordem de 3 profissionais por sindicato, respectivamente.

### Serviços

Os serviços prestados e as atividades oferecidas a pessoas físicas e os serviços destinados aos funcionários das empresas associadas (no caso dos sindicatos de empregadores) permitem fazer inferências sobre a consolidação e a conformação de determinada categoria profissional e sobre o papel do sindicato como instituição cultural e de lazer, contribuindo para o bem-estar de seus funcionários e de seus associados. A partir destes dados, é também possível observar o grau de organização e fortalecimento da própria categoria profissional ou econômica que o sindicato representa.

A Pesquisa Sindical 2001 levantou os serviços oferecidos pelo próprio sindicato e/ou por terceiros através de convênios/acordos firmados com a intermediação do sindicato.

A análise dos dados revela que o sindicalismo brasileiro permanece assistencialista, pelo fato de se destacarem, entre os principais serviços oferecidos pelas entidades: o jurídico, os serviços e convênios médicos e os convênios odontológicos.

Esse assistencialismo se diferencia quando analisadas as grandes regiões. Assim, temos: o Sudeste, com 72% dos sindicatos prestando serviços jurídicos, e o Centro-Oeste, com 61% do total. É também no Sudeste que se concentra o maior número dos que prestam serviços médicos e odontológicos, especialmente no meio urbano. Em todas as grandes regiões, os principais serviços oferecidos pelos sindicatos são, além do jurídico, os convênios médicos – que abrangem 34% dos sindicatos brasileiros.

Em relação às atividades oferecidas pelos sindicatos, em primeiro lugar estão as esportivas, culturais e sociais; em segundo, as de educação e formação sindical; e, por fim, as educacionais. No entanto, é interessante notar que a importância atribuída à oferta de cada tipo de atividade varia de acordo com o tipo de sindicato. Assim, como mostram os dados (Quadro 3), entre os sindicatos de trabalhadores, tanto urbanos como rurais, é significativa a proporção dos que oferecem atividades de educação e formação sindical, enquanto os de empregadores privilegiam as esportivas, culturais e sociais e as educacionais em geral. Contudo, algumas coisas aproximam mais os sindicatos de trabalhadores e empregadores urbanos, como a importância atribuída à atividade de intermediação de mão-de-obra, que cresce simultaneamente à escalada do desemprego.

As atividades esportivas, culturais e sociais são importantes para a congregação e consolidação de determinada categoria profissional e/ou econômica. Igualmente importantes são as de educação e formação sindical, que permitem a organização e a renovação de lideranças e a profissionalização dos quadros sindicais. Portanto, a síntese da análise dos resultados nos permite afirmar que os sindicatos brasileiros são assistencialistas, já que não somente

**QUADRO V**

**Indicadores referentes a cursos de educação e formação sindical, segundo o tipo de sindicato de trabalhadores – Brasil – 2001**

Indicadores	Tipo de sindicato de trabalhadores	
	Urbanos	Rurais
% de sindicatos que oferecem algum tipo de curso	53%	34%
Principal curso oferecido	Negociação coletiva planejamento e campanha salarial (29% cada)	Sindicalismo (18%)
Segundo curso oferecido	Sindicalismo (26%)	Planejamento e administração sindical (17%)
Terceiro curso oferecido	Legislação e direitos trabalhistas e sociais(24%)	Reforma agrária (16 %)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.  
(1) Nota: Inclui os cursos de políticas públicas, de comunicação sindical, de direitos do cidadão, de bioética, de sindicalismo e cidadania, do papel das minorias sociais, e outros.

cumprem o seu papel como instituições que representam e defendem os interesses de determinada categoria econômica ou profissional organizada, mas também desempenham o papel de organizações preocupadas com a saúde, educação e lazer de seus associados.

Em contrapartida, temos um sindicalismo voltado para a formação e a organização política dos sindicalistas, com destaque para a educação em geral e para a educação e formação sindical, principalmente entre os sindicatos de trabalhadores urbanos. Estas atividades são constitutivas do processo de formação e consolidação da atuação política dos sindicatos, do seu movimento organizado em torno das categorias que representam.

**Cursos de formação**

Dado o peso das atividades educacionais oferecidas pelos sindicatos, vale examinar mais detalhadamente a questão. Os indicadores de qualificação e requalificação de mão-de-obra referem-se à aquisição de conhecimentos indispensáveis para o exercício de uma profissão e/ou reinício de uma outra qualificação. Esses indicadores englobam conhecimentos sobre processos formativos, organizacionais e institucionais. Os sindicatos que oferecem algum curso de qualificação e requalificação da mão-de-obra são principalmente os urbanos, tanto de trabalhadores

(44%) como de empregadores (31%). Os cursos mais oferecidos são o básico de informática (16%), idiomas (8%) e de educação regular (7%). No conjunto dos rurais, esta oferta é menos freqüente.

Os cursos de educação e formação sindical têm como objetivo transmitir conhecimentos sobre antecedentes das organizações sindicais e dos movimentos sociais; treinar e desenvolver lideranças; compreender a história, o mundo do trabalho, o sindicalismo internacional e a estrutura sindical; entender os processos de organização e reestruturação dos sindicatos frente à nova ordem econômica, política e social. De modo geral, a formação sindical visa qualificar os sindicalistas para melhor atuação na vida sindical, principalmente nos processos de negociação coletiva, de conciliação prévia e nas mediações dos processos de trabalho.

Nas cidades, os cursos mais ofertados são: planejamento e campanha salarial, negociação coletiva, sindicalismo, legislação e direitos trabalhistas e sociais. No campo, sindicalismo, planejamento e administração sindical e reforma agrária. A problemática referenciada nos títulos dos cursos oferecidos pelos sindicatos de trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais se diferencia regionalmente em função do campo de atuação e dos problemas políticos e sociais vivenciados, nacional e regionalmente. ■

\* Corresponde à terceira parte do relatório final da pesquisa sindical realizada pelo IBGE, em convênio com o Ministério do Trabalho, através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, publicado como: Sindicatos – Indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, (p. 62-78)

\*\* Pesquisador Titular do IBGE.

1 As informações de receitas arrecadadas pelos sindicatos, cuja base de sustentação são a contribuição sindical obrigatória e a voluntária dos associados, ao lado de outras fontes de receitas, bem como as informações de despesas dos sindicatos, não serão aqui analisadas em sua dimensão monetária em função dos problemas apresentados nas informações levantadas. No entanto, alguns indicadores sobre as contribuições arrecadadas pelos sindicatos serão analisados, referentes ao número deles que arrecadam ou não a contribuição obrigatória, a assistencial ou negocial e a confederativa, e à forma de devolução ou não da contribuição obrigatória, e a extensão da arrecadação, no caso das contribuições assistencial e confederativa.

2 Comodato refere-se a um contrato unilateral pelo qual alguém entrega a outra pessoa um imóvel para ser usado temporariamente e depois restituído.

ENTREVISTA Ignacy Sachs



Não há dúvidas que a era do petróleo está próxima do seu fim. Contudo, o que virá depois? Este tem sido o foco das preocupações e palestras que o professor Ignacy Sachs tem proferido mundo afora. Autor de vários livros, estudioso das questões relativas ao desenvolvimento, em especial, dos chamados países do Terceiro Mundo, professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, ele é o fundador do Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, na França. Dele disse o economista Celso Furtado, quando do lançamento de um de seus livros sobre desenvolvimento sustentável: "a leitura destes ensaios de Ignacy Sachs, grande e lúcido conhecedor da problemática do desenvolvimento e, mais especificamente, dos impasses que enfrenta o Brasil no momento atual, nos encoraja a trazer essas questões para primeiro plano". Com este propósito em mente, fomos ouvi-lo.

## Brasil

# Um país para liderar a revolução da biomassa

**Jornal dos Economistas** – O senhor acaba de retornar da reunião da Agência Internacional de Energia. O que foi tratado nesta reunião?

**Ignacy Sachs** – Foi uma reunião importante. Há vários estudos que apontam para o fato de que o pico da produção mundial do petróleo vai acontecer dentro de uma ou duas décadas. Isso não significa que o petróleo se esgote em duas décadas, mas não será possível descobrir reservas novas que compensem a produção. Ou seja, vamos começar a esgotar o potencial de produção. Se a demanda e a oferta têm tendência a diminuir, óbvio que os preços têm uma tendência a ficar lá no alto. Portanto, há uma razão forte para pensar que não voltaremos mais ao regime de petróleo barato. Mais: há sinais de que uma parte do Estado norte-americano está chegando à conclusão que o preço da manutenção de linhas de abastecimento de petróleo no EUA, baseadas na dominação do Oriente Médio, é tão alto que talvez mais valha a pena pensar em substituir a importação de petróleo nos EUA.

**JE** – Mas os EUA vêm reduzindo sua produção e aumentando as importações de petróleo...

**Ignacy** – Os departamentos de Energia e Agricultura dos EUA acabam de publicar relatório, no qual dizem que é perfeitamente factível, em um quarto de século, chegar a uma enorme produção de biocombustíveis, envolvendo 1 bilhão de toneladas de biomassa por ano. Grande parte dela resíduos vegetais, porque eles estão apostando no etanol celulósico. Portanto, qualquer matéria vegetal, qualquer resíduo vegetal, passa a ser a matéria prima. Não é por acaso que o Brasil foi o

principal convidado dessa reunião, pois todo mundo começou a se interessar pelos 30 anos de experiência brasileira com o Proálcool.

**JE** – E que chances ele tem?

**Ignacy** – Enormes. Se tiver que dizer quais são os três problemas mundiais que vão nos preocupar nesse século, diria: o primeiro é o da geração de oportunidades de trabalho decente para todos, incluindo 2 bilhões e meio de pequenos agricultores e suas famílias. É absurdo pensar no futuro, sem se dar conta que o principal problema social da humanidade é o do futuro desses pequenos agricultores. Portanto, temos um problema social: como gerar empregos no campo. Segundo: todas as incertezas e perigos envolvidos na geopolítica do petróleo. Ontem, foi a Guerra do Iraque. O que a geopolítica do petróleo nos reserva amanhã? Prefiro não pensar. Terceiro problema: o Protocolo de Quioto. Mesmo se for integralmente implementado (e Bush já disse que não vai se sujeitar à pressão internacional), mesmo assim, resolverá menos de um décimo do esforço que é necessário na redução da emissão dos gases do efeito estufa. Portanto, se queremos realmente evitar mudanças climáticas catastróficas e irreversíveis temos que caminhar muito, de maneira mais rápida, no sentido da eliminação de uma grande parte dos combustíveis da energia fóssil.

**JE** – O senhor como europeu acredita que Tony Blair, Bush, essa turma vai aceitar essa conversa?

**Ignacy** – Há uma diferença. Não botemos todos no mesmo saco. Bush é uma coisa, Blair é outra. Por

razões que seria longo discutir, Blair parece ter comprado a idéia do Quioto. E sofreu certo revés porque queria colocar isso como um dos temas centrais do G-8. Como isso vai se fazer eu não sei. Como cidadão do mundo, se queremos evitar uma catástrofe, em matéria de mudanças climáticas, não podemos prescindir de eliminar o quanto mais cedo uma boa parte do nosso consumo de energias fósseis. Portanto, esses são os três problemas que o século enfrenta: emprego, inclusive emprego para 2 bilhões e meio de pequenos agricultores e suas famílias; os perigos da geopolítica do petróleo; e o problema da necessidade de uma redução drástica do consumo de energia fóssil. Os três têm um ponto de intersecção que são os biocombustíveis. Mas, há duas ressalvas fundamentais: não se trata simplesmente de falar da substituição da energia fóssil por biocombustíveis; trata-se de partir para a definição de estratégias energéticas, onde a variável principal é o perfil da demanda.

**JE** – *E quais estratégias?*

**Ignacy** – Podemos e devemos pensar em viver em um mundo que consuma menos energia, porque reformulou a sua demanda. Temos que recolocar o problema dos biocombustíveis em uma estratégia global de energia, que comece a definir um perfil menos voraz em energia de demanda. Isso leva, por exemplo, a discutir o sistema de transporte e o papel do transporte coletivo com relação ao individual; o transporte ferroviário *versus* estradas e caminhões. Isso leva a recolocar os biocombustíveis em um conjunto de energias que vamos utilizar. Uma segunda ressalva é que os biocombustíveis são apenas uma faceta de um conceito mais amplo, que eu chamo de civilização moderna de biomassa. Biomassa pode gerar biocombustíveis, alimentos humanos, rações para os animais, e são ainda materiais de construção, matérias primas industriais, fibras, plásticos,

fármacos e cosméticos. Então, olhar o problema dos biocombustíveis é olhar dentro dessas duas matrizes mais amplas. A respeito da energia nuclear – esta energia é uma das respostas possíveis ao problema da substituição da energia fóssil, sobre a qual as opiniões são extremamente polarizadas. Há aqueles que apostam fortemente no futuro da energia nuclear e os que apostam ainda mais fortemente na fusão. Há os que dizem que a fusão é, por enquanto, uma ficção científica e há aqueles que dizem que o nuclear deveria ser evitado, pois, embora a probabilidade de um acidente seja muito pequena, os efeitos, se ele ocorrer, podem ser extremamente graves.

**JE** – *Esse seria o único problema?*

**Ignacy** – Não. Tem o problema do que fazer com as centrais, uma vez que elas cheguem ao fim da sua vida útil, e aí há uma série de complicações, o que me faz pensar que não devemos apostar na energia nuclear; mas sem fazer disso um problema de religião. Ou seja, aceitar que em certos países o nuclear seja utilizado, em proporções limitadas, como uma estratégia de transição e não como uma estratégia definitiva. Toda essa nova oportunidade que surge em dar um grande salto na produção de biocombustíveis figura-se como uma oportunidade para repensar o desenvolvimento rural e para estimular um novo ciclo de desenvolvimento rural, para o qual o Brasil está predestinado: a maior biodiversidade do mundo, a maior reserva de terras cultiváveis (sem cortar uma árvore da floresta amazônica), variedade de climas, boa dotação de recursos hídricos, com exceção do polígono das secas.

Tudo isso faz do Brasil um país predestinado a liderar a transição mundial da civilização do petróleo para uma civilização moderna de biomassa, sempre subordinada à harmonização de três critérios: social, que mencionei no começo, que é a geração de oportunidades de trabalho decentes para todos; ambiental, que é

Podemos e devemos pensar em viver em um mundo que consuma menos energia, porque reformulou a sua demanda



trabalhar em harmonia com a natureza e não de forma predatória e não continuar naquela posição de arrogância que nós sabemos dominar a natureza; e dar a tudo isso uma viabilidade econômica.

**JE** – *E a reforma agrária, neste contexto?*

**Ignacy** – Eu vejo muito bem a oportunidades de geração de assentamentos de reforma agrária, nos quais, por exemplo, o dendê é o carro chefe. A reforma agrária da Malásia foi feita em cima disso. Chegamos a discutir há alguns anos, a pedido do governo do Amapá, um projeto desses. Cada vez que você coloca 500 famílias com 10 hectares de dendê e dá a elas outros 10 hectares para atividades agroflorestais e pequenas atividades de subsistência, pequena criação etc., 5 mil hectares de dendê são suficientes para justificar a construção de uma usina de esmagamento. Agora, 10 hectares de dendê oferecem um emprego a tempo pleno para o homem. Os outros 10 hectares oferecem, pelo menos, de um a dois empregos familiares e uma agrovila de 500 famílias, onde tem uma indústria, gera ainda empregos industriais e o transporte nos serviços técnicos, sociais, pessoais e no comércio. Portanto, essa visão de uma transição para uma sociedade moderna de biomassa gera oportunidades para acelerar a reforma agrária e, sobretudo, para dar aos assentamentos uma nova dinâmica e gostaria de estender isso ao problema das florestas familiares.

**JE** – *Mas na Malásia existe um centro de pesquisa desenvolvendo a biomassa, o biodiesel.*

**Ignacy** – Há todas as condições para se desenvolver isso aqui no Brasil.

**JE** – *Mas isso é papel do Estado, não?*

**Ignacy** – Claro. A Embrapa é uma empresa do Estado e tenho entendido que a agroenergia passou a ser uma das prioridades da Embrapa. A cana-de-açúcar é um excelente exemplo, porque esse é o mercado que se abre com a maior velocidade nesse momento. Produção de etanol onde, primeiro, dá-se um espaço muito maior à produção da cana por pequenos agricultores. Hoje me disseram que, em Campos, tem assentamentos que produzem cana. Portanto, o problema está na organização do relacionamento entre o assentamento que produz a cana e a usina que vai produzir o álcool. Está no problema da transformação do que aqui se chamou de Proálcool e que eu chamo de Procana, ou seja, a valorização de todos os subprodutos e geração, inclusive, de pequenos negócios ao redor disso. Vamos pegar o bagaço: ele pode ser queimado à toa. Queimado bem, gera um excedente de bagaço que pode ser usado na geração da energia, produção de papel, de briquetes que substituem o carvão vegetal. Hidrolisado, o bagaço passa a ser forragem para gado. É possível articular uma área de produção de etanol com uma bacia leiteira, por exemplo. Hoje, temos também tecnologias que permitem fazer o etanol do bagaço. Mas tudo passa a ser a organização disso. A civilização moderna de biomassa implica produção de biomassa, biorrefinarias que produzem um elenco de produtos – etanol, açúcar – mas podemos imaginar uma série de produtos quando se fala em biodiesel e na mamona. Pode se ter montanhas de tortas de mamona e se essa torta pode servir de ração para o gado, pode-se estabelecer o gado, reduzir as áreas de pastagens

e transformá-las em uma produção da mamona. Temos que usar a imaginação e fazer muitos estudos para ver como nós articulamos as bioenergias com as demais utilizações da biomassa e como fazemos isso dentro dessa visão de geração do maior número possível de oportunidades de emprego ou de auto-emprego, ou de promoção de empreendimentos de pequeno porte, de preferência cooperativos. Essa seria a minha visão para onde deveríamos caminhar na construção de uma estratégia que forçosamente tenha que ser uma estratégia, nesse subcontinente que se chama Brasil, ela deveria ser uma estratégia altamente diferenciada.

vado de lugares para fazer isso, a não ser o Núcleo de Estudos Estratégicos, organizado pelo (ex)ministro Gushiken. Isso não é suficiente para pensar um longo prazo tão complexo e tão diferenciado. Tivemos no passado a Sudene. Não temos mais. Planejamento hoje se reduz à produção do orçamento. O Ipea faz alguns estudos interessantes, mas não está empenhado em uma visão global. As universidades, eu diria com franqueza, dado o seu potencial intelectual, se omitem. Não conheço nenhum fórum na UFRJ, Unicamp, USP, onde sistematicamente se trabalhe uma visão do que poderia ser o Brasil, a longo prazo.

empresa sonega, mas ela investe os lucros na sua ampliação. Moralmente indefensável; se flagrada, deve ser exemplarmente punida. Mas do ponto de vista econômico é um dinheiro que é investido. Agora, se esse mesmo dinheiro vai para uma conta em Bahamas, aí estamos mal. Mas, e se um dinheiro bem ganho vai para fora? Do ponto de vista do desenvolvimento do país, isso também não resolve. Portanto, a análise econômica fria é uma coisa; a condenação ética da corrupção – e essa é incondicional – é outra coisa.

**JFE** – *O Governo Lula tem empreendido ações internacionais de liderança, em busca de unir o Sul. Que repercussão isso tem ao Norte?*

**Ignacy** – Eu passei a minha vida ajudando uma maior articulação do Sul. Ou seja, em 1975, fui co-autor de um relatório ditado por uma fundação na Suécia, que se chamava “What Now?” – “O que fazer?”, no qual tivemos todo um capítulo sobre a importância que teria uma maior unidade dos países do Sul; tinha um título engraçado: O Sindicato dos Pobres. Ele argumentava que um debate com os países do Norte nunca se dará em posições de igualdade, enquanto o Norte tiver como secretaria uma OCDE e os países do Sul chegando dispersos. Portanto, se deveria criar uma secretaria, um lugar onde o Sul elaboraria suas posições, em conjunto. Portanto, quando o presidente Lula retomou essa bandeira, ou seja, uma colaboração entre o Brasil, Índia e África do Sul, achei a bandeira extraordinariamente importante e que deve ser, certamente, fortalecida por todos os meios. Mas não pode ficar apenas nos discursos e nas viagens. Não existe nenhum centro de estudos sobre a Índia contemporânea nas universidades brasileiras. Existe um começo de um modesto programa no Instituto de Estudos Avançados. Não existe nenhuma universidade indiana que tenha um centro de estudos sobre o Brasil contemporâneo. Esse seria um passo. O segundo

passo seria mandar brasileiros fazer doutorado lá, trazer indianos para fazer doutorado aqui e criar massa crítica de pessoas que conheçam suficientemente os dois países para poder começar a construir pontes reais na vida. A segunda etapa: o que isto representa, do ponto de vista de pensar o sistema mundial? Tenho uma posição extremamente categórica. A reforma do sistema internacional, a reforma da ordem internacional não virá do Norte. Ela tem que vir do pensamento do Sul.

**JE** – *E o novo século, o que dá para antever em termos de hegemonia?*

**Ignacy** – Acho que é um dos grandes pontos de interrogação. Está-se caminhado de forma inaceitável socialmente, construindo desigualdades monstruosas e desenvolvendo-se através da desigualdade. Paradoxalmente, a China de hoje está no modelo de crescimento que se assemelha aos dos generais do Estado e do milagre brasileiro: crescimento rápido, modernização espetacular, mas através de um modelo que se alimenta pelo cultivo das desigualdades sociais. Esse é um modelo que, primeiro, deu no que deu aqui; segundo, é um modelo, outra vez, eticamente inaceitável. Atualmente, mais de 200 milhões de camponeses andam de um canteiro de obras a outro, na China, sem direitos de se assentarem na cidade que constroem. Parece com a realidade dos nordestinos que construíram São Paulo e ficaram nela. Os chineses constroem Xangai da vida e são tocados para outros lugares. Esse é um modelo que não posso aceitar, mas, de qualquer maneira, diria que todo nosso esforço deve ir no sentido do policentrismo e não de mono-hegemonias. Nesse sentido, aquele relacionamento Sul/Sul seria fundamental porque ele tem que ter um conteúdo maior do que troca de visitas. É preciso construir essa solidariedade do Sul. A China, a Índia e o Brasil juntos, pesam. Já pesam e vão pesar mais. Eles têm que aprender a usar esse peso, do ponto de vista político. ■

A China, a Índia e o Brasil juntos, pesam. Já pesam e vão pesar mais. Eles têm que aprender a usar esse peso, do ponto de vista político



**JE** – *Em setembro de 2003, em seminário no BNDES, o senhor falou da necessidade de superar os ciclos de “vai e vem”. Em sua opinião esses ciclos estão superados?*

**Ignacy** – Não. Diga-me onde está hoje articulada uma estratégia de desenvolvimento do Brasil, de longo prazo? Está se pensando, essencialmente, no imediato. E o mercado tem muitas vantagens, e duas fundamentais: ele é míope, e ainda não inventamos óculos para o mercado; segundo, ele é socialmente insensível. Então, se queremos uma estratégia que resolva os problemas de longo prazo do país e que, ao mesmo tempo, atente aos postulados éticos, porque desenvolvimento em primeira instância obedece ao postulado ético de solidariedade, a economia não é uma finalidade. A economia é um instrumento para lograr aqueles objetivos. Portanto, temos que pensar a longo prazo. Agora, institucionalmente, o país está pri-

**JE** – *Como o senhor vê a corrupção?*

**Ignacy** – Vou surpreendê-los. Penso que a corrupção não vem de hoje, não é um fenômeno moderno. Sempre existiu de uma forma ou de outra. Obviamente, indefensável do ponto de vista ético. Se me coloco nessa ótica, na qual digo que o desenvolvimento é, antes de mais nada, um conceito ético, é claro que não posso ter condescendência com a corrupção. Agora, como economista, não posso dizer quais são os efeitos econômicos da corrupção sem analisar cada caso, porque tudo depende do que se faz com o dinheiro roubado. Se o dinheiro roubado é bem investido – é imoral, mas pelo menos tem um investimento. Se por cima de tudo esse dinheiro roubado vai fora, aí estamos no pior dos passos.

**JE** – *Explique melhor, professor: o que é um dinheiro roubado bem dirigido?*

**Ignacy** – Vamos dizer que uma

# Os ganhos da Argentina nos anos 90

Este artigo é um resumo do trabalho selecionado na terceira colocação do XIV Prêmio Corecon de Monografia, sob o título "As exportações de produtos manufaturados da Argentina para o Brasil, no período de 1992 a 1999".

O crescimento da participação argentina consiste, principalmente, de ganhos sobre o Brasil, que representam 91% dos ganhos argentinos

O Mercosul apresenta peculiaridades que têm levantado uma série de questionamentos sobre a natureza do crescimento comercial observado recentemente na região, algumas vezes concluindo que tal crescimento é fruto de desvios de comércio decorrentes da formação do bloco.

Entre os aspectos que levariam a maiores níveis de desvio de comércio, inicialmente, observamos que entre os setores que mais se expandiram encontram-se alguns mercados por acordos comerciais negociados, ou seja, não seguem o processo de liberalização intramercosul e/ou a norma de Tarifa Externa Comum. Dessa forma, o comércio regional muitas vezes sofre influências políticas que distorcem a concorrência.

Além disso, entre esses setores-chave encontram-se também segmentos industriais relativamente avançados, com destaque para o de automóveis e autopeças, diferentes assim dos setores primários que marcam a participa-

ção dos países do Mercosul no comércio internacional. Alguns autores alegam que os países do Mercosul não apresentam vantagens comparativas nesses setores, de forma que tal crescimento comercial seria derivado de desvios de comércio.

## Ganhos sobre o Brasil

Com o intuito de esclarecer alguns desses pontos, nesse artigo estudamos a evolução das exportações argentinas para o Brasil, no período de 1992 a 1999. Para tanto, de posse de informações recentes e através de uma metodologia alternativa, calculamos tanto os ganhos comerciais derivados de desvio e criação de comércio, como também os ganhos de *market share* argentinos obtidos no mercado brasileiro, nesse período. Assim, verificamos se o aumento das importações brasileiras provenientes desse país foi resultado dos efeitos comerciais do Mercosul, ou de ganhos de competitividade argentinos.

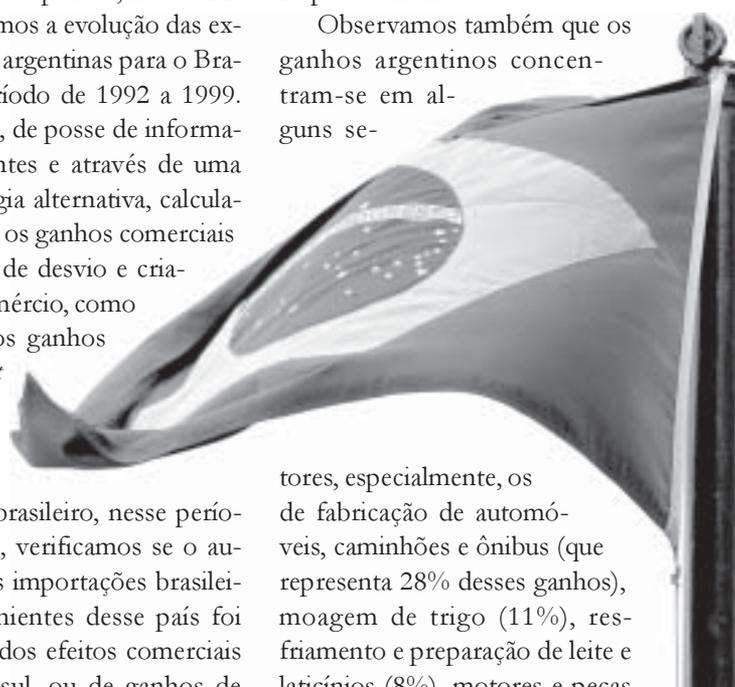
Nossa primeira constatação é que o crescimento da participação argentina consiste, principalmente, de ganhos sobre o

Brasil (que representam 91% dos ganhos argentinos), e não do deslocamento de terceiros países, o que, a princípio, indica uma preponderância dos ganhos de competitividade e da criação de comércio sobre o efeito desvio de comércio. Já entre os demais países, os ganhos argentinos concentram-se sobre o Canadá, os Estados Unidos e a Arábia Saudita, representando 3,5%, 1,51% e 0,57% desses ganhos, respectivamente.

Observamos também que os ganhos argentinos concentram-se em alguns se-

tores, especialmente, os de fabricação de automóveis, caminhões e ônibus (que representa 28% desses ganhos), moagem de trigo (11%), resfriamento e preparação de leite e laticínios (8%), motores e peças para veículos (5%) e refino de petróleo (5%).

No entanto, tais ganhos de *market share* incluem também os efeitos de criação e desvio de





## As vantagens tarifárias desfrutadas pela Argentina foram de fato acompanhadas de grandes conquistas desse país no mercado brasileiro



comércio proporcionados pelo Mercosul, que em seguida foram calculados para que se chegasse a um resultado mais preciso em relação aos ganhos de competitividade argentinos.

Inicialmente podemos observar que os níveis de criação de comércio são muito maiores que os de desvio de comércio. Tal fato pode ser explicado parcialmente por deficiências nos modelos utilizados, que tendem a subestimar o desvio de comércio. No entanto, ele também é decorrente do pequeno grau de abertura da economia brasileira, visto que uma pequena participação das importações no consumo doméstico de um país proporciona uma pequena base para o desvio de comércio e grande espaço para a criação de comércio.

Releva notar que os efeitos de criação e desvio de comércio representam apenas uma pequena parcela dos ganhos de mercado argentino. Tal informação indica que melhorias relativas na produtividade argentina são o principal motivo de seus ganhos. Os resultados também mostram que, em relação somente ao Brasil, os efeitos de criação de comércio foram muito pequenos, quando comparados com seus ganhos de competitividade, de forma a serem insuficientes para explicá-los.

Em uma tentativa de verificar tais resultados, foi feita uma análise, no mesmo período, do desempenho argentino no setor de automóveis nos mercados de um grupo selecionado de países desenvolvidos. Com isso, nesses

mercados pudemos observar que a Argentina apresenta um ganho de *market share*, enquanto o Brasil apresenta perda. Tal resultado sugere que a Argentina de fato ganhou competitividade nesse setor.

### Efeitos do Mercosul

Já ao analisarmos apenas os ganhos argentinos sobre países que não fazem parte do Mercosul, observamos que os níveis de desvio de comércio são muito próximos aos ganhos de mercado argentinos, chegando até mesmo a superá-los em setores importantes como o de automóveis. Isto indica que, de uma maneira geral, a Argentina não ganhou competitividade em relação aos demais países e seus ganhos de mercado, em relação a esses países, podem ser explicados pelo desvio de comércio gerado pelo Mercosul.

Observamos também que setores importantes são marcados por acordos comerciais negociados, como é o caso dos automóveis, cereais e combustíveis. Tais acordos provocam distorções comerciais, gerando assim desvios de comércio não captados pelos modelos utilizados.

De fato, observamos que os setores de moagem de trigo e refino de petróleo são aqueles em que o Brasil tem, relativamente, menos peso entre os países perdedores, visto que responde por 67% das perdas no setor de moagem de trigo, seguido pelo Canadá, com 30%; e de 73% das perdas no setor de refino de pe-

tróleo, seguido pela Arábia Saudita, com 10% das perdas. Já nos demais setores relevantes, o Brasil responde por mais de 90% das perdas.

Vale lembrar também que, durante a década de 1990, o Brasil passou por um processo de liberalização comercial generalizada, beneficiando tanto os parceiros do Mercosul quanto os demais países. O efeito dessa liberalização também foi calculado e apresentou valores maiores que os efeitos de criação e desvio de comércio, mostrando-se assim, dentro dos limites dos modelos, mais signifi-

cativo que as preferências tarifárias concedidas à Argentina.

Dessa forma, os resultados indicam que, se por um lado, as vantagens tarifárias desfrutadas pela Argentina foram de fato acompanhadas de grandes conquistas desse país no mercado brasileiro, os efeitos do Mercosul não são suficientes para explicar o avanço das exportações argentinas. Pelo contrário. Observamos que a maior parte dos ganhos argentinos são decorrente de aumento de sua competitividade em relação ao Brasil. ■

\* Economista

**ACADEMIA DO CONCURSO PÚBLICO**  
SEMPRE APROVANDO OS PRIMEIROS !

[www.academiadoconcurso.com.br](http://www.academiadoconcurso.com.br)

**20%** **EM QUALQUER TURMA PARA:**  
**de desconto** **ECONOMISTAS REGISTRADOS,**  
**ESTUDANTES CREDENCIADOS EM**  
**QUALQUER CONSELHO DE ECONOMIA**  
**E SEUS RESPECTIVOS DEPENDENTES.**

**CONCURSOS AUTORIZADOS**

ORGÃO	NÍVEL	VAGAS	REMUNERAÇÃO
INSS	Superior	1.000	até R\$ 7.500
RECEITA FEDERAL	Superior	2.200	até R\$ 7.500
BACEN	Superior e Médio	800	até R\$ 5.161
MPE	Médio	A definir	inicial R\$ 2.900
PRF	Médio	A definir	inicial R\$ 4.800
TRE	Médio	290	inicial R\$ 2.759
TJ	Médio	A definir	inicial R\$ 1.700
POLÍCIA CIVIL	Médio	300	inicial R\$ 1.180

**PALESTRA GRATUITA**

- Dicas de como conquistar as vagas. **TODA 5ª FEIRA**
- Como dar continuidade aos estudos. **ÀS 12h E 18h**
- Informações sobre os principais concursos em pauta.

Av. Rio Branco, 277, 2º andar - Centro ☎ **2108-0300**

ARTIGO DO LEITOR Pedro Paulo Silveira Felicíssimo\*

# É possível crescer com juros altos ?

Nos grupos de estudos da atual conjuntura econômica brasileira, têm-se discutido o paradoxo apresentado entre as altas taxas de juros versus crescimento econômico. Como o país pode estar crescendo, se os juros altos são inibidores naturais dos investimentos?

**A** explicação para tal paradoxo se dá através da soma das seguintes razões:

- 1º - Estoques elevados da indústria no período anterior;
- 2º - Crescimento das exportações via ampliação da pauta, mais prospecção de novos mercados, mais produtividade agrícola;
- 3º - Ampliação do micro crédito a pessoas físicas, elevando o consumo às custas de endividamento em médio prazo; e,
- 4º - Utilização dos mecanismos de financiamento do BNDES, como instrumental econômico.

A curta apresentação abaixo tem a pretensão de apresentar proposições dentro da teoria econômica na linha schumpeteriana, para justificar algumas das suposições anteriores a partir do estudo das “trends” na medição dos ciclos econômicos.

## Os três ciclos

Os ciclos econômicos estudados a partir da referência das variáveis preços e quantidades apresentaram as seguintes relações: (i) elevação de preços equivalente à elevação de produção, (ii) baixa de preços equivalente à diminuição da produção.

Schumpeter identifica três ciclos: um mais curto, de Kitchin (Joseph Kitchin), com duração média estimada de 3,6 anos e uma relação taxas de juros/ índice de preços, no atacado, que podemos exemplificar em uma comparação com as crises do petróleo de 1973 e 1979; um ciclo médio, de Juglar (Clément Juglar), com duração média estimada de 8,3 anos, quando então ocorreriam crises de superprodução e subconsumo, exemplificado na comparação com a crise do café brasileiro (ver Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil); e,

por fim, um ciclo mais longo, Kondratieff, com duração média estimada de 50 anos, privilegiando as relações entre altas/baixas de preços e taxa de juros. Esses ciclos mais longos também se relacionam com um hiperciclo (Building Cycles), com duração média estimada entre 18 e 22 anos, cujo termômetro é, conforme o nome indica, o mercado imobiliário (ver como exemplo, a crise de 1929 e o mercado imobiliário norte-americano).

Agora voltemos a explicação schumpeteriana para o problema proposto no início deste artigo: o paradoxo das altas taxas de juros

Anos	Trends Price	nº de anos de prosperidade dividido pelo nº de anos de recessão	
		USA	GB
1790-1815	Alta	2.6	1
1815-1849	Baixa	0.8	0.9
1849-1865	Alta	2.9	3.3
1865-1896	Baixa	0.9	0.4
1896-1920	Alta	3.1	2.7

versus crescimento econômico, momento atual da economia brasileira.

No período de baixa, as empresas mais dinâmicas, que são indústrias motrizes da economia, utilizam fatores de produção não empregados ou subempregados, sem que haja pressão sobre preços e salários.

Em segundo lugar, o aumento da renda (via micro crédito e comércio exterior) ocasiona aumento da demanda e o efeito *linkage*. A iniciativa é, portanto, na fase de baixa de preços, apenas dos produtores. A partir do momento em que caminhamos para o pleno emprego dos fatores sub-utilizados, ocorre a pressão sobre o nível de preços, isto devido à

rigidez dos mecanismos de ajuste e a relativa escassez nos mercados, que orientam os preços para a alta. O efeito *linkage* ocasiona às empresas menos dinâmicas o dilema de corresponder à tendência (“trends”). Atingido o limite acima, a economia pode entrar em processo inflacionário.

## A resposta

A resposta para este problema está na análise de Schumpeter dos processos de inovação. O dinamismo empresarial, a deflagração da inovação, absorção e difusão no sistema são, em palavras simples, novas combinações de fatores de produção, construção de novos equipamentos e *know how*, agrupados nos conceitos de produção de tempo e espaço ou, em resumo, investimentos em P&D. Desta forma, também para Rostow o ápice é o pleno emprego e, no final da expansão, é o investimento de longo prazo que têm que atuar.

Observamos, nesta curta análise, a importância inicial do nível de estoques, da ampliação do crédito e do comércio exterior como fatores de aumento da demanda, bem como a importância do investimento de longo prazo como mecanismo de ajuste. Concluiu-se também sobre o bônus deste crescimento, que deve ser atribuído à iniciativa dos produtores. A utilização do BNDES, como instrumental da política econômica, inibe a elevação natural da Selic.

De qualquer maneira, para não restar mais dúvidas, vale a pena dar um visualizada na análise de Mitchell para os ciclos Kondratieff nas economias dos EUA e da GB entre 1790 –1920. ■

\* Economista, consultor em comércio exterior

# É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



\* Crédito sujeito a aprovação.

## Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia\* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)  
**banrisul**  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do  
Rio Grande do Sul  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Fundef

## Recursos crescem mas educação não melhora

**P**ara tentar melhorar a qualidade do ensino fundamental foi criado, em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ele é constituído por 15% de impostos e transferências repassadas aos municípios, como o ICMS e Fundo de Participação dos Municípios. Além desses recursos, o Fundef recebe uma complementação da União, quando a receita originalmente gerada não é suficiente para a garantia de um valor por aluno/ano igual ou superior ao valor mínimo nacional fixado pelo Governo Federal.

Destes recursos, um mínimo de 25% deve ser utilizado exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino de nível fundamental, sendo que deste montante pelo menos 60% deve ser utilizado para a remuneração dos profissionais do magistério ainda ativos.

### Fundef no Rio

O estudo da execução orçamentária do município do Rio, 2002/5, revela que este alcançou o mínimo de aplicação. Os dados apresentados pela prefeitura nas prestações de contas, porém, incluem gastos com inativos da educação, contrariamente ao que diz a lei que rege o Fundef. Esta prática do Executivo vem sendo criticada no parecer anual do Tribunal de Contas Municipal.

Os dados expostos no gráfico são baseados na legislação citada, diferindo-se assim dos utilizados pela prefeitura. Observa-se que os gastos não aumentam de forma proporcional à expansão das receitas da base de cálculo, principalmente entre 2003 e 2004, quando os recursos cresceram 17% e os gastos apenas 4%. Isto demonstra que havia possibilidade de maior aplicação desses recursos no custeio de escolas ou na compra de equipamentos escolares.

Releva-se, no que diz respeito à receita, diferença entre a previsão e o repasse final recebido em 2003 e 2004. Sendo esses recursos proporcionais ao número de alunos matriculados na rede municipal de ensino fundamental, entende-se que isso “poderia ser” resultado de uma maior oferta de vagas

do que a procura dos alunos. A mesma lei que determina a criação do Fundef, no artigo 5º diz:

“O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

- I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiverem acesso;
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - zelar junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.”

Soma-se a isso o fato que para 2005, como citado em artigo, nesta página, em fevereiro, a previsão de oferta foi reduzida em 4.272 vagas, em relação a 2004.



sita de aparelhagem, a qual parece não ser oferecida, pois, segundo dados da página da SME, apenas “270 escolas possuem laboratórios de informática, equipados com computadores e impressoras”, sendo que a rede municipal de ensino compreende cerca de 1.054 escolas.

### Fundef versus realidade

Esse estudo tem a intenção de verificar se apenas cumprir o mínimo constitucional vem garantindo uma progressiva melhora no ensino fundamental, no Rio. Tentamos comparar os dados orçamentários com estatísticas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, além do índice de evasão escolar no ensino fundamental, através da SME. Quanto aos dados do Sistema não conseguimos informações específicas do município. Havia apenas a evolução do desempenho da rede municipal de ensino no estado.

O índice de evasão escolar, por sua vez, como foi informado pela própria Secretaria, por telefone, não é divulgado na página oficial da mesma. Não encontramos tal informação em nenhum outro portal do governo na internet.

Resta-nos recorrer ao censo comum e a realidade que nos cerca para constatar que o nível das escolas públicas continua baixo, o que repercute negativamente em sua capacidade de atração de novos alunos. Apesar dos valores do Fundef serem crescentes, não temos como avaliar sua real eficiência, no caso do Rio. ■

TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF		
	Previsto	Arrecadado
2002	515.369	522.457
2003	607.236	560.900
2004	713.967	644.698
2005	712.097	*

valores em R\$ mil.  
\* recursos transferidos em sua totalidade apenas em 31/12/2005

É importante atentar também para a forma de aplicação dos recursos. Durante o período considerado, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação (SME) aumentou seus gastos com a empresa Multirio em 17%, de 2002 para 2003, 28%, de 2003 para 2004, e ainda está previsto, na LOA de 2005, aumento de 8%. Esta empresa, criada na primeira gestão do prefeito Cesar Maia, é responsável pela produção de programas de TV, portais na internet, CD-ROM, etc, voltados para educação, buscando viabilizar novas práticas pedagógicas. Contudo, no mesmo período, a prefeitura reduziu em cerca de 56% seus gastos com equipamentos escolares. Isto pode representar uma contradição, já que o material criado na Multirio neces-

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Thiago Marques, Ana Malburg e Júlia Martins

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

## Dia do Economista terá debate e entrega de Prêmio

O Dia do Economista, neste ano, será celebrado no dia 11, uma quinta-feira. O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) e o Sindicato dos Economistas convidaram João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST, e Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp, mais o filósofo e professor Carlos Nelson Coutinho. Eles vão falar, respectivamente, sobre a questão social, os problemas e perspectivas da conjuntura do país e a questão política.

As palestras, seguidas de debates, terão início às 19h, mas, meia hora antes, haverá a entrega das premiações do 15º Prêmio Anual de Monografia, do Corecon-RJ, que, nesta edição, levou o nome do economista Celso Furtado. Os debates e a premiação serão realizados no auditório Oscar Guanabara, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na rua Araújo Porto Alegre, 71/9º, Centro. ■



### IE lança cursos de extensão

O Instituto de Economia da UFRJ estará realizando, neste segundo semestre, cursos de extensão em 18 diferentes áreas e voltados para profissionais de diversos setores, desde economia, administração e engenharia até pequenos empresários e executivos. Os cursos terão início a partir do final de agosto, sendo uma aula por semana, com quatro horas de duração, oferecidas no período da noite ou aos sábados.

Entre os cursos que serão oferecidos estão Teoria dos Jogos, Análise de Conjuntura, Sistema Financeiro e Política Monetária, Economia para Jornalistas, Economia do Petróleo, Regulação e Defesa da Concorrência, Matemática Financeira Aplicada ao Comércio Exterior, Comércio Exterior para PMEs, Como Fazer um Plano de Negócios, Novas Perspectivas no Uso do *Balanced Scorecard*, Análise Financeira de Projetos (curso à distância) e Pensamento Econômico de Thorstein Veblen.

Os interessados devem procurar o próprio Instituto, no Campus da UFRJ, na Praia Vermelha, ou acessar a página do IE, através do portal [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br).

### Corecon leva economistas para XVI Congresso em Florianópolis

Dois economistas serão selecionados pelo Corecon-RJ para participarem do XVI Congresso Brasileiro de Economistas, que será realizado de 4 a 7 de outubro. Os interessados tem até o dia 30 de agosto para enviarem seus artigos sobre o tema "A economia regional: Desenvolvimento do Rio de Janeiro". Os artigos têm que ter até 10 mil caracteres, espaço simples, na fonte "Times New Roman" em corpo 12, e deverão ser enviados para [artigosxvcb@corecon-rj.org.br](mailto:artigosxvcb@corecon-rj.org.br) com nome e endereço completos e o registro de economista. Os vencedores receberão passagens aéreas de ida e volta e estadia.

### PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ PARA 2005

#### CURSO DE FILOSOFIA

##### UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TRÁGICO: A CRISE DA RAZÃO E DOS VALORES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

de 14 de setembro a 30 de novembro - às quartas-feiras à noite

Coordenador do curso – **Miguel Angel de Barrenechea** – Doutor em Filosofia (UFRJ) e Pesquisador do Mestrado em Memória Social e Documento, do Mestrado em Pedagogia e do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UNIRIO

Professor convidado – **Luiz Celso Pinho** – Doutor em Filosofia (UFRJ) e Pesquisador Associado UERJ/FAPERJ

O que é o pensamento trágico? Para dar conta dessa resposta será necessário ressaltar a obstinada batalha da razão consigo mesma, não com o intuito de mostrar que ela ocupa de direito o lugar mais elevado na existência, mas sim para contornar sua pretensão de conhecer a essência das coisas e chamar a atenção para o projeto de outorgar um novo sentido ao conhecimento.

#### HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: GRANDES PENSADORES

de 23 de agosto a 18 de outubro - de 14h às 16h50

Professor – **André Guimarães Augusto** – Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Economia, UFRJ, Brasil.

O objetivo do curso é apresentar os grandes autores do pensamento econômico distribuídos por escolas de pensamento. São confrontadas também diferentes interpretações das obras dos autores abordados no curso. Três módulos serão desenvolvidos: A Economia Política e a Crítica da Economia Política; A escola Neoclássica; Heterodoxias do Século XX

#### O PENSAMENTO ECONÔMICO DE KEYNES

de 5 de setembro a 24 de outubro de 2005 - às segundas-feiras à noite

Professores – **Luiz Fernando de Paula** – UERJ, **Jennifer Hermann** – UFRJ e **João Sicsú** – UFRJ

Curso dividido em oito sessões de duas horas, abordando dentre outros, os temas: Keynes e keynesianismo; fundamentos da teoria de Keynes, economia monetária de produção. Princípios da demanda efetiva; teoria do consumo e do investimento; política fiscal; política monetária; inflação e estabilização de preços.

Informe-se sobre outros cursos na página [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)